

Ibsen: depósitos totalizam US\$ 880 mil

BRASÍLIA — A subcomissão de bancos da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a máfia do Orçamento, totalizou US\$ 880 mil em depósitos recebidos pelo ex-presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS). O total dos depósitos é 20% a menos do que o número divulgado inicialmente por membros da CPI, de cerca de US\$ 1,1 milhão. O novo total, entretanto, ainda é superior aos US\$ 600 mil admitidos por Ibsen Pinheiro.

O erro foi reconhecido ontem, na finalização das contas do parlamentar gaúcho. Membros da CPI não souberam informar os depósitos que eventualmente foram somados mais de uma vez.

A subcomissão de bancos poderá ouvir Ibsen Pinheiro antes do seu depoimento, no próximo dia 7, desde que o parlamentar concorde. Ontem, porém, nos corredores do Congresso, onde reapareceu desde a divulgação dos seus movimentos bancários, Ibsen Pinheiro informava que dará explicações apenas uma vez à CPI.



Ibsen Pinheiro: explicações só na CPI

A subcomissão de bancos encerrou também a soma dos depósitos bancário do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz. Eles totalizam cerca de US\$ 7 milhões, contra os US\$ 5 milhões que o governador admite ter recebido nos últimos quatro anos. Também já foram totalizadas

as contas dos senadores Humberto Lucena (PMDB-PB) e Mauro Benevides (PMDB-CE) e do ministro da Integração Regional, Alexandre Costa. Nada de irregular foi encontrado nestas contas, segundo membros da subcomissão de bancos.

● **RIGOR** — O prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos, criticou ontem a proposta defendida pelo relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), de extinção da Comissão de Orçamento, para dar fim ao esquema da corrupção com verbas federais. Para Vasconcelos, a concentração das decisões no Executivo pode “provocar distorções ainda mais graves do que as atuais”.

Para acabar com o esquema de corrupção, Jarbas Vasconcelos sugere uma fiscalização mais rigorosa na liberação e destinação das verbas orçamentárias. Desde que a distribuição seja mais criteriosa e também fiscalizada, ele defende a manutenção das subvenções sociais.